



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E INOVAÇÃO

TERMO DE REFERÊNCIA

CAPÍTULO I
DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1. OBJETO

1.1. Trata-se da descrição e justificativa da necessidade de contratação, por processo de Licitação, pregão eletrônico, de empresa especializada na prestação de serviços de segurança privada do evento “Cais Folia 2025”, com objetos e competências melhores relacionados no decorrer deste Termo de Referência.

Definição técnica do objeto, com seus quantitativos mínimos:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
1	Horas Noturnas – Serviço de Vigilância	Horas	1620
2	Horas Diurnas – Serviço de Vigilância	Horas	80

Descrição detalhada dos serviços:

Descrição
Disponibilizar equipe (à noite – Carnaval Adulto) para Vigia do perímetro de isolamento, onde estarão colocadas as placas de cercamento/isolamento – tapumes, com no mínimo 25 (vinte e cinco) pessoas , cujo quantitativo <u>mínimo</u> : 18 (dezoito) deverão ser masculinos/homens, distribuídos nos perímetros de isolamento conforme determinação da Comissão Organizadora e/ou Brigada Militar.
Disponibilizar equipe (à noite – Carnaval Adulto) para Vigia do perímetro de isolamento, onde estarão colocadas as grades de isolamento, no palco principal, com no mínimo 08 (oito) pessoas , cujo <u>mínimo</u> : 05 (cinco) deverão ser masculinos/homens, distribuídos nos perímetros de isolamento conforme determinação da Comissão Organizadora e/ou Brigada Militar.
Disponibilizar equipe (à noite – Carnaval Adulto) de Portaria para conferência de ingressos e revista pessoal e de materiais dos foliões, com no mínimo 27 (vinte e sete) pessoas , distribuídas em Portarias, conforme determinação da Comissão Organizadora. Das 27 (vinte e cinco) pessoas, obrigatoriamente, deverá ser constituída a equipe de: 09 (nove) femininos/mulheres e 18 (dezesesseis) masculinos/homens (tal necessidade deve-se a atividade de revista pessoal em homens e mulheres, bem como revista em materiais que serão permitidos acesso (bolsas, bebidas, caixas de isopor, sacolas térmicas,etc...). Serão 4 (quatro) portarias, uma principal (na Francisco Miranda) e, três secundárias (Rua Tiradentes -Tia Ramona; Acesso pelo late Clube e; Rua Bento Gonçalves - Star Bar). Em cada portaria secundária a previsão é permanência de 5 (cinco) pessoas: 04 (quatro) masculinos/homens e



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E INOVAÇÃO

01 (um) feminino/mulher. Na portaria principal, devido à concentração maior de público, permanecerão 12 (doze) pessoas: sendo 06 (seis) masculinos/homens e, 06 (seis) femininos/mulheres. Nas Portarias essa equipe também fará registro dos menores no evento.

Será possível o remanejamento dos efetivos, inclusive em quantitativo, de acordo com a necessidade e avaliação da Comissão Organizadora e/ou Brigada Militar.

Disponibilizar equipe (**à tarde – Carnaval Infantil**) de **Vigia**, com no mínimo 10 (dez) pessoas, cujo mínimo 7 (sete) deverão ser masculinos/homens, a fim de serem distribuídos conforme determinação da Comissão Organizadora e/ou Brigada Militar.

OBS.: como não é mesmo horário o serviço poderá ser executado pela mesma equipe da noite”.

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de até 3 (três) meses, prorrogável na forma do art. 107, da Lei nº 14.133/2021, ou se findando os eventos em pauta.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS/ SERVIÇOS

3.1. Os bens a serem adquiridos ou serviços a serem contratados enquadram-se na classificação de:

- () bens comuns (art. 6º, inciso XIII Lei n.º 14.133/2021)
- () bens especiais (art. 6º, inciso XIV Lei n.º 14.133/2021)
- (X) serviços comum (art. 6º, inciso XIII Lei n.º 14.133/2021)
- () serviços especiais (art. 6º, inciso XIV Lei n.º 14.133/2021)

CAPÍTULO II **DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO, DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

OBS.: Justificativa à contratação: devido à tendência de crescimento de público em eventos que se perpetuam, há necessidade de incremento no quantitativo de Vigias e Portaria. O número mínimo de masculinos/homens deve-se à necessidade da atividade requerer, caso necessário, uso de/da força ou demonstração de força, numa eventual ação contra pessoas que tentem invadir o perímetro de isolamento do evento, foi estimado em 70 % (setenta) o quantitativo de masculinos/homens.

A segurança privada, objeto deste certame, com os serviços de **vigia e portaria**, é condição necessária à realização de eventos dessa dimensão, seja para cuidar, vigiar os cercamentos; seja para monitorar, revistar, identificar pessoas nas portarias, para que o evento seja marcado pela tranquilidade pública, pela prevenção de ilícitos, dentro de normas de segurança, proporcionando lazer de qualidade e, segurança a integridade dos frequentadores/foliões, ainda mais quando exercida cobrança de ingressos.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E INOVAÇÃO

A presente licitação tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA PRIVADA, EM ESPECIAL, **SERVIÇOS DE VIGIA E PORTARIA**, PARA EXECUÇÃO DE TAIS SERVIÇOS NOS EVENTOS “CAIS FOLIA 2025” conforme especificações constantes neste Termo de Referência, e do que mais consta de seus anexos.

QUADRO HORÁRIO

- Sábado dia 1º/03/2025: das 21h às 06h do dia 02/03/2025 (Domingo);
- Domingo dia 02/03/2025: das 16h30min às 20h30min;
- Domingo dia 02/03/2025: das 21h às 05h do dia 03/03/2025 (Segunda-feira);
- Segunda-feira dia 03/03/2025: das 21h às 06h do dia 04/03/2025 (Terça-feira);
- Terça-feira dia 04/03/2025: das 16h30min às 20h30min;

Carga Horária de Serviço da Equipe de Segurança Privada (à noite)

Será 1 (UMA) hora de instrução (data a ser agendada) = 1 (uma) hora +

Serão duas noites com 09 (nove) horas por noite de serviço (sábado e segunda-feira) x 2 (duas) noites = 18 (dezoito) horas

Será uma noite com 08 (oito) horas de serviço (domingo) x 1 (uma) noite = 08 (oito) horas

SubTotal = 26 (vinte e seis) horas + 1 (uma) hora de instrução

Serão 27 (vinte e sete) horas x 60 (sessenta) Agentes

TOTAL de 1.620 (um mil seiscentas e vinte) horas de serviço À NOITE.

Carga Horária de Serviço da Equipe de Segurança Privada (à tarde)

Serão duas tardes com 04 (quatro) horas por tarde de serviço (sábado e domingo) = 08 (oito) horas

Serão 08 (oito) horas x 10 (dez) agentes = **80 (oitenta) horas de serviço.**

TOTAL = 80 (oitenta) horas de serviço À TARDE.

TOTAL DE HORAS PARA O CAIS FOLIA = 1.700 (UM MIL E SETECENTAS HORAS)

A contratação pretendida, primeiramente, trata-se, como já especificado, de um padrão de eventos anuais e de lazer chamado Festejos Carnavalescos, e dentro do rol de eventos está o **CAIS FOLIA 2025** e, neste processo de licitação em especial, a contratação de empresa a fim de que proceda na segurança privada, mantendo o padrão de eventos anteriores, proporcionando uma opção de segurança para o bom divertimento aos munícipes e turistas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E INOVAÇÃO

A previsão da Contratação pretendida está prevista, desde o ano de 2013, na LEI Nº 4.749, DE 12 DE AGOSTO DE 2013 que “Dispõe sobre a aprovação do Calendário Oficial de Eventos permanente do Município e dá outras providências”. Em especial no artigo 1º item “- **Cais Folia, todos eventos carnavalescos**”.

Ainda, como forma de esclarecer ainda mais o alinhamento entre a contratação e o planejamento, está previsto no artigo 3º da mesma lei, Desde o ano de 2013, com nova redação em 2019, que:

Lei 4.749/2013

Artigo 3º “Fica desde já autorizado o Poder Executivo a custear as despesas necessárias para a realização dos eventos definidos por esta Lei, dentro das dotações devidamente previstas na Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer - SMCTEL - e Gabinete do Prefeito - GAP - responsáveis pelos eventos e convênios de repasse de recursos para entidades participantes”

A fim de diminuir dúvidas, segue o link de acesso à Lei <https://leismunicipais.com.br/a1/rs/s/sao-borja/lei-ordinaria/2013/474/4749/lei-ordinaria-n-4749-2013-dispoe-sobre-a-aprovacao-do-calendario>

Ainda, tratando do alinhamento entre a contratação e planejamento, foi editado o Decreto Municipal nº 20.831/2023 que “Cria e Nomeia a Comissão Organizadora dos Festejos Carnavalescos do ano de 2025, e dá outras providências” que Decreta, em seu artigo 2º o que segue:

Decreto Municipal 20.831/2023

Artigo 2º A Comissão Organizadora dos Festejos Carnavalescos tem a competência de planejar, executar, gerenciar, administrar prestar contas acerca dos seguintes eventos:

- I – Carnaval de Rua;
- II – Desfile das Escolas de Samba;
- III – Cais Folia;
- IV – 58º Festival de Música Apparício Silva Rillo;
- V – outros eventos relacionados ao Carnaval 2025.

<https://leismunicipais.com.br/a/rs/s/sao-borja/decreto/2024/2084/20831/decreto-n-20831-2024-cria-e-nomeia-a-comissao-organizadora-dos-festejos-carnavalescos-do-ano-de-2025-e-da-outras-providencias?q=Carnaval>

Acreditamos que com as informações acima ficam superados os

“São Borja - Terra dos Presidentes.”



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E INOVAÇÃO

quesitos acerca do alinhamento entre a contratação e o planejamento, ainda, segue o link do Decreto para conferência.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

5.1. A solução proposta é a contratação dos serviços da empresa de empresa especializada na segurança privada de eventos, para o “Cais Folia 2025”, com objetos e competências melhores relacionados no decorrer deste TR:

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Os serviços de contratação da empresa têm natureza de serviços comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

A contratação será realizada por meio de processo de licitação, pregão eletrônico.

CAPÍTULO III **DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

7. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas conforme o disposto no Decreto Municipal 20.106/2023, que “Regulamenta as funções do agente de contratação, da equipe de apoio e da comissão de contratação, suas atribuições e funcionamento, a fiscalização e a gestão dos contratos, e a atuação da assessoria jurídica e do controle interno no âmbito do Município de São Borja, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021”

8. DO LOCAL, PRAZO DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

8.1. PRAZO

(X) Prazo de entrega, a contar do 1º dia útil posterior a data da confirmação do recebimento, pela ADJUDICATÁRIA, da nota de empenho ou ordem de compra que será enviada por e-mail ou outro meio de contato que tenha sido previamente disponibilizado pela ADJUDICATÁRIA, e o serviço deverá ser entregue conforme o cronograma do evento, conforme instrução da Comissão Organizadora.

() No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a XXXX dias/meses.

8.2. LOCAL E HORÁRIO

O Serviço deverá ser entregue no local onde acontecerá o Cais Folia, Cais do Porto de São Borja, sito nas dependências do Cais do Porto de São Borja, Rua Francisco Miranda, bairro do Passo, São Borja/RS, CEP: 97670-000.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

“São Borja - Terra dos Presidentes.”



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E INOVAÇÃO

9.1. São obrigações da Contratante:

- a)** receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- b)** verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes na TR e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c)** comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d)** acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- e)** efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;
- f)** a Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- g)** cumprir com as condições pactuadas, mesmo que se necessite, por questões climáticas ou por outro motivo de força maior, a alteração da data dos eventos de Carnaval do ano de 2025, sem recair qualquer aumento de valores da parte contratada.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- a)** efetuar a entrega do serviço, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal.
- b)** responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do serviço, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- c)** comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- d)** manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- e)** indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

Ainda:

A empresa CONTRATADA deverá estar uniformizada, em padrão de cores próprio, como camiseta ou coletes, de forma que seja identificada pela comunidade a sua função social, qual seja, a segurança do evento.

A empresa CONTRATADA ficará responsável por apresentar o

“São Borja - Terra dos Presidentes.”



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E INOVAÇÃO

efetivo, pessoal, em condições de emprego, nos dias e horários acima definidos. Sendo que, em dia e hora marcados antecipadamente, deverá apresentar o pessoal, no Cais do Porto, conforme o EVENTO, OBSERVANDO os períodos de instruções, a fim de receberem informações de procedimentos sobre o evento, a cargo da Comissão Organizadora e/ou Brigada Militar;

O LAYOUT dos eventos (denominados: Cais Folia), contendo a disposição da estrutura no local (Cais do Porto, situado na Rua Francisco Miranda, no Bairro do Passo), deverá ser seguido pela empresa CONTRATADA com relação à distribuição dos postos de vigilância e portarias, os quais serão de inteira responsabilidade da empresa e terá o acompanhamento e a fiscalização da Comissão Organizadora deste Município e a supervisão dos órgãos competentes;

A Prefeitura Municipal é a Organizadora e Coordenadora do evento, tomando decisões e expedindo orientações através de sua Comissão Organizadora do Carnaval 2025, cabendo a ela as tomadas de decisões e ajustes necessários à realização do evento, a qual a Empresa Contratada, única e exclusivamente, prestará contas de suas atividades voltadas aos eventos, contudo situação que, pela característica da atividade, poderá ser delegada, com relação ao controle e fiscalização da execução dos serviços no local à Brigada Militar;

O pessoal apresentado pela empresa deverá ter condições de exercer as atividades (vigias e porteiros), devido a natureza do evento e número de público previsto, as pessoas deverão ter, ao mínimo, experiência comprovada em serviços da mesma natureza e obedecer aos requisitos mínimos do artigo 28 da Lei 14.967/204 que Institui o Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras. A relação da equipe deverá ser entregue à comissão organizadora, até 3 (três) dias antes do início do evento;

A empresa deverá comprovar experiência, apresentado no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, expedido por Pessoa Jurídica (privada ou pública), que demonstre capacidade operacional na execução dos serviços similares de complexidade operacional equivalente ou superior ao objeto licitado, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do §3 do artigo 88 desta Lei;

Em caso de situações de força maior ou caso fortuito, ou outros fatores justificáveis que impeçam a realização do evento nas datas e/ou horários estabelecidos, as datas e horários poderão ser alterados por decisão da Comissão Organizadora sem qualquer encargo ou custo ao Contratante.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E INOVAÇÃO

A CONTRATADA terá que realizar **serviços de vigia** junto ao cercamento (tapumes), impedindo acesso de pessoas não autorizadas, não pagantes, etc.; e também, **serviços de portaria**, com revista pessoal, monitoramento, identificação de pessoas, incluindo registro de menores nas portarias.

Além de outras atribuições que serão repassadas em instrução específica pela Comissão Organizadora e/ou Brigada Militar. A CONTRATADA DEVERÁ permitir a entrada de foliões com bebidas (apenas em lata ou pet) em sacolas térmicas ou caixas de isopor, de porte individual. OBS: Não serão cobrados ingressos de menores com idade até 12 (doze) anos. Demais orientações serão repassadas pela Contratante.

É de inteira responsabilidade da empresa CONTRATADA todo e qualquer pagamento relativo à sua equipe de trabalho, fornecedores e contratos, bem como, manter e dirigir sob sua inteira responsabilidade, sem solidariedade do Município de São Borja, pessoal especializado e em quantidade necessária à perfeita execução dos serviços, em todos os níveis, cabendo-lhe efetuar todos os pagamentos, inclusive os encargos previstos na legislação trabalhista, previdenciária e fiscal, seguros e quaisquer outros não mencionados, em decorrência da sua condição de empregador.

Esta licitação promovida pela Prefeitura Municipal é na modalidade tipo PREGÃO, e poderão participar do certame empresas que atenderem a todas as exigências descritas neste ETP e termo de referência, atendendo a seus quantitativos mínimos.

11. GARANTIA (E/OU VALIDADE)

Não se observa a necessidade de garantias ou validade, uma vez que se trata de prestação de serviços, com cláusulas especificadas, com obrigações de cumprimento de cronograma e execução que serão pactuadas em contrato.

CAPÍTULO IV **DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

12. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

12.1. Nos termos do art. 117, da Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega do serviço contratado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

12.2. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E INOVAÇÃO

12.3. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

12.4. O fiscal do contrato poderá ser auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

12.5. O responsável pela fiscalização do contrato será a Coordenadora Tiane Fiorin, e seu suplente a Diretora de Turismo DANIELLY ENGELMANN DE OLIVEIRA .

13. DOS PROCEDIMENTOS DE TESTES E INSPEÇÕES

13.1. O CONTRATANTE reserva-se ao direito de promover avaliações, inspeções e diligências visando esclarecer quaisquer situações relacionadas ao fornecimento do objeto contratado, sendo obrigação da CONTRATADA acolhê-las.

CAPÍTULO V **DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

14. DA APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

14.1. O objeto contratado será recebido provisoriamente pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

14.2. A entrega poderá ser rejeitada, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

14.3. O recebimento definitivo ocorrerá de forma tácita para serviços, após o recebimento provisório, após a verificação da qualidade e consequente aceitação.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I. dar causa à inexecução parcial do contrato;

II. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III. dar causa à inexecução total do contrato;

IV. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E INOVAÇÃO

15.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I. advertência;

II. multa;

III. impedimento de licitar e contratar;

IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.2.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

I a natureza e a gravidade da infração cometida;

II as peculiaridades do caso concreto;

III. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.2.3. A sanção prevista no inciso I do item 16.2, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

15.2.4. A sanção prevista no inciso II do item 16.2, calculada na forma do contrato, será de 15% (quinze por cento) do valor do contrato celebrado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021.

15.2.5. A sanção prevista no inciso III do item 16.2 deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da Prefeitura Municipal de São Borja, pelo prazo de 3 (três) anos.

15.2.6. A sanção prevista no inciso IV do item 16.2. deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 16.2.6, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

15.2.7. A sanção estabelecida no inciso IV do item 16.2 deste termo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I. quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva do prefeito municipal.

15.2.8. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 16.2. deste termo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item.

15.2.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

15.2.10. A aplicação das sanções previstas no item 16.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

15.2.11. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do item 16.2. deste termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.2.12. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 16.2. requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o contratado



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E INOVAÇÃO

para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

16. DO PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO

16.1. O pagamento será efetuado em uma etapa, no valor resultante da disputa da licitação, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos após a apresentação da Nota Fiscal detalhando o objeto fornecido, com o devido recebimento e a aprovação do fiscal do contrato, de acordo com o empenho, por meio de depósito bancário.

CAPÍTULO VI **FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

17. MODALIDADE, TIPO DE LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

17.1. Com base na natureza e nos valores estimados do objeto a ser contratado, a secretaria requisitante define pelo Pregão Eletrônico, menor preço global, nos termos do §1º, do artigo 82 da Lei 14.133/2021.

O menor preço global será adotado, uma vez que se pode gerar a economia de escala, pois os mesmos servidores que trabalharão pela parte da tarde poderão também trabalhar no horário noturno, ou vice-versa, e com duas empresas vencedoras do certame, uma para cada horário, haverá uma menor organização para com a Comissão Organizadora do evento.

No objeto a ser licitado, licitado, observa-se uma interdependência técnica e operacional entre as atividades, só para exemplificar, caso a licitação seja por item, os procedimentos serão em duplicidade, como a lista de profissionais, instrução, comunicação com a Comissão Organizadora, Comunicação com a Brigada Militar, pois serão duas empresas tratando do mesmo serviço, isso na parte operacional, pois ocasionaria também duplicidade contratual, tempo dobrado para contato com empresas para processos burocráticos como os contratuais, dentre outros.

A execução fragmentada, por meio de adjudicação por item, comprometeria a padronização dos procedimentos, resultando em dificuldades de coordenação e de fiscalização, além de conflito de responsabilidade entre diferentes fornecedores.

O grupo por lote possibilita a integração das atividades, maior eficiência na execução e redução de custos operacionais e administrativos, ganhos em escala, que refletem em economia, inclusive de tempo, para a administração, também favorece a uniformidade na qualidade dos serviços prestados e otimiza a gestão contratual.

Destaca-se, ainda, que o edital estabelece critérios de aceitabilidade de preços unitários máximos, garantindo transparência, economicidade e conformidade com os princípios estabelecidos na legislação vigente.

17.2. Será selecionado o fornecedor que atender a todos os critérios de aceitabilidade de preços e de habilitação exigidos neste Termo de Referência, com a indicação do critério de julgamento a ser adotado.

18. CRITÉRIOS DE APRESENTAÇÃO E ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

18.1. A proposta de preço deverá conter as seguintes indicações:

“São Borja - Terra dos Presidentes.”



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E INOVAÇÃO

- a) identificação do proponente (Razão Social/Nome e CNPJ/CPF).
- b) a proposta financeira deverá ser formulada, contendo preço unitário por item, total por item e total geral, onde deverão estar incluídos, contabilizados e previstos todos os custos inerentes a execução do objeto, indicando, no que for aplicável, a marca, o modelo, prazo de validade ou de garantia; número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;
- c) prazo de validade da proposta que deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias.
- d) apresentada a proposta, o proponente estará automaticamente aceitando e se sujeitando às cláusulas e condições do presente Termo de Referência.
- e) assinatura do responsável legal da empresa.

19. CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

19.1 ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA

☒ Sim ☐ Não

Além das demais exigências legais a empresa deverá apresentar:

- Autorização e/ou Alvará de Funcionamento do GSVG (Grupamento de Supervisão de Vigilâncias e Guardas) da Brigada Militar, com validade, em nome da empresa licitante.

19.2 VISTORIA

☒ Não ☐ Sim ☐ Opcional ☐ Obrigatória.

Justifique a necessidade de vistoria obrigatória:

19.3 DOCUMENTO OFICIAL DO FABRICANTE

☒ Não ☐ Sim

19.4 AMOSTRA

☒ Não ☐ Sim

19.5 LEGISLAÇÃO TÉCNICA APLICÁVEL

Descrever: Não _____

19.6 TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS MEs E EPPs

Esta licitação será com participação exclusiva de ME/EPP.

19.7 DAS VEDAÇÕES

Não se observam vedações para este processo licitatório.

20. ESTIMATIVA DE PREÇOS

O método de pesquisa utilizado foi o determinado pelo Art. 23. da nova lei de licitações:

“São Borja - Terra dos Presidentes.”



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E INOVAÇÃO

Lei nº 14,133/2021.

Artigo 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

Ainda, o procedimento aqui apresentado é o Pregão Eletrônico e, neste prisma, há de se observar, dentre as bases legais aqui apresentadas, o rito ordinário utilizado pelo Decreto Municipal do Ente.

Vejamos: Decreto Municipal nº 20.108, DE 28 DE AGOSTO DE 2023 que “Institui normas para o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito do Município de São Borja.” em especial nos seguintes artigos:

Decreto nº 20.108/2023.

Art.3º. A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá, no mínimo:

VI – justificativas para a metodologia utilizada, em especial para a desconsideração de valores inconsistentes, inexequíveis ou excessivamente elevados, se aplicável;

Art.5º. A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma **combinada ou não**:

...

IV - pesquisa direta com, **no mínimo, 3 (três) fornecedores**, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou

Foi juntado ao processo a tabela de composição de custos para serviços referentes aos horários noturno e diurno, e a pesquisa direta com três fornecedores locais para fins de geração do preço médio, quando se constatou que não se difere significativamente da base da categoria.

TOTAL DE DESPESAS DE ACORDO COM A TABELA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS ELABORADO PELO MUNICÍPIO, BASEADA NA TABELA DA CATEGORIA DE VIGILANTES

Item	Descrição	Tipo	Quantidade	Valor Unitário	TABELA DE CUSTOS
------	-----------	------	------------	----------------	------------------



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E INOVAÇÃO

1	Horas Noturnas	Horas	1620	R\$ 38,13	R\$ 61.770,60
2	Horas Diurnas	Horas	80	R\$ 34,92	R\$ 2.793,60
Total					R\$ 64.564,20

Os preços que fundamentam esta estimativa de valores foram obtidos pela Secretaria requisitante, SMDETI, pressupõe-se a veracidade dos atos, e representam o melhor resultado que se pode obter seguindo as orientações das normas que regem a matéria,

Álvaro Roque de Carvalho Luiz
Agente Administrativo
SMPOP

21. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

21.1. Os recursos destinados à cobertura das despesas ora pretendidos se encontram alocados no Orçamento Geral do Município

21.2.. Dotação orçamentária da contratação.

Órgão: 22
Unidade: 4
Função: 13
Subfunção: 392
Programa: 120
Projeto/Atividade: 2204
Elemento: 3.3.3.9.0.39.00.00.00
Recurso: 1500-0001
Complemento: 0
Código Reduzido: 43603

CAPÍTULO VII **DISPOSIÇÕES GERAIS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

São Borja/RS, ____ de janeiro de 2025.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E INOVAÇÃO

Álvaro Roque de Carvalho Luiz
Agente Administrativo

() Defiro

() Indefiro

Darlan Santos G.
Secretário SMDETI

Prefeito de São Borja/RS